



Informativo Tribuna do Vigilante

**Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança,
Vigilância e Transporte de Valores de Petrópolis e Região**

Ano IV - Edição 11 - Abril de 2015 - Filiado à CNTV e UGT

Vigilantes conquistam 9% de reajuste salarial e 27% no tíquete refeição

A campanha salarial 2015 rendeu aos vigilantes de Petrópolis e região o terceiro maior índice de reajuste do país. Após a categoria recusar em assembleia a proposta dos patrões de 8% de aumento salarial e autorizar o Sindicato a negociar um valor maior e assinar a convenção coletiva, a direção do sindicato conseguiu avançar ainda mais nas negociações e o reajuste salarial dos vigilantes ficou em 9% no piso, 27% no tíquete refeição entre outras conquistas.

Com o reajuste, o salário dos vigilantes, que já começou a vigorar no dia 1º de março, passa dos atuais R\$1.066,04 para R\$ 1.162,00 (9% de reajuste). Com o aumento, os 30% de periculosidade passam a valer R\$ 348,60. Portanto, o salário somado o piso e a periculosidade passa a ser de R\$ 1.510,60. Todos os cálculos de hora noturna, hora extra e férias serão feitos em cima desse valor.

O tíquete refeição também teve um ganho considerável: pulou dos atuais R\$ 13 para R\$ 16,50 (27% de aumento).

Estas e outras conquistas só foram possíveis graças ao endurecimento do Sindicato durante as negociações e a confiança da categoria na direção da entidade. Desde o início os patrões foram irredutíveis quanto às concessões de benefícios e reajustes.

O presidente do Sindicato, Adriano Linhares, comentou a relação com a categoria.

“Os vigilantes são a base de todo o nosso trabalho. A relação de confiança é essencial para termos força e negociar uma melhor convenção coletiva. Esse ano conquistamos índices melhores que de outros estados. Isso demonstra a nossa força. O Rio de Janeiro começa a viver novos dias e vamos lutar para isso com muita responsabilidade e transparência. Parabéns a toda categoria que soube entender como se leva uma negociação salarial. Com união e seriedade, sempre avançaremos”, disse Linhares.

Função	Piso	Hora	Adicional Noturno	Dia	Hora Extra 50%	Hora Extra 100%	Triênio
Vigilante	R\$ 1.510,60	6,87	1,37	50,53	10,30	13,73	30,21
Vigilante de Escolta	R\$ 1.963,70	8,93	1,79	65,46	13,39	17,85	39,27
Vigilante Motorista/Motociclista	R\$ 1.813,63	8,24	1,65	60,45	12,37	16,49	36,27
Vigilante Orgânico	R\$ 1.510,60	6,87	1,37	50,53	10,30	13,73	30,21
Vigilante Feminina/Recepcionista	R\$ 1.510,60	6,87	1,37	50,53	10,30	13,73	30,21
Segurança Pessoal Privada	R\$ 1.813,63	8,24	1,65	60,45	12,37	16,49	36,27
Supervisor de Área	R\$ 2.267,07	10,30	2,06	75,57	15,46	20,61	45,34
Fiscal de Posto / Supervisor Posto	R\$ 1.673,36	7,61	1,52	55,78	11,41	15,21	33,47
Instrutor	R\$ 1.661,64	7,55	1,50	55,39	11,32	15,10	39,12
Vigilante Brigadista	R\$ 1.510,60	6,87	1,37	50,53	10,30	13,73	30,21
Vigilante condutor de cães	R\$ 1.510,60	6,87	1,37	50,53	10,30	13,73	30,21
Vigilante de monitoramento de aparelhos eletrônicos	R\$ 1.510,60	6,87	1,37	50,53	10,30	13,73	30,21
Coodernador	R\$ 1.852,90	8,42	1,68	61,76	12,63	16,84	37,06

Outros ganhos importantes também foram conquistados na campanha salarial 2015:

- 20% de gratificação para vigilantes motoristas e motociclistas que atuam dentro de condomínios;
- inclusão da Convenção Coletiva de Trabalho a licença por motivos de saúde correndo os 30 (trinta) dias por conta da empresa. Ou seja, mesmo que a Medida Provisória 664 instituída pela Presidenta Dilma seja derrubada, os vigilantes já garantiram o prazo de 30 dias de afastamento do emprego por motivos de saúde pagos pela empresa. Pela nova regra, o trabalhador só necessitará ser atendido pela perícia médica do INSS a partir do 31º dia.
- Benefício social familiar para os vigilantes (esta conquista vai permitir aos vigilantes terem direito a oito benefícios que serão divulgados posteriormente).
- 20% de reajuste para os vigilantes que atuam em eventos. Hoje, o valor é de R\$ 100,00, com o aumento passa a ser R\$ 120,00.
- Seguro de Vida para os vigilantes com a indenização não mais pelo piso, mas sim pela última remuneração recebida pelo trabalhador. Para cobertura de morte natural, ocorrida em serviço ou não, o Seguro de Vida será na proporção de 26 (vinte e seis) vezes a remuneração do vigilante, verificado no mês anterior. Para cobertura de morte acidental e invalidez permanente total ou parcial em serviço, o Seguro de Vida Acidental será na proporção de 55 (cinquenta e cinco) vezes a remuneração do vigilante, verificado no mês anterior.

Indicado da CUT no Ministério do Trabalho tenta prejudicar os vigilantes do Brasil

Infelizmente a categoria de vigilantes de todo país conta com um desserviço do Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Manoel Messias, que é ligado e indicado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O Sr. Messias, há algum tempo, vem postergando a publicação do registro da FEVIG -Federação Interestadual dos Vigilantes do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Goiás, mesmo tendo a entidade cumprido todos os ritos e burocracias exigidas pelo MTE, além de entregue todas as documentações conforme determina a legislação.

Ao mesmo tempo em que o Secretário cria novas dificuldades infundadas e obscuras, já que não utiliza do dispositivo jurídico com clareza para fundamentar suas decisões, deixa clara a sua intenção de prejudicar a categoria.

Seu objetivo, que atende a interesses que todos os trabalhadores

conhecem, é prejudicar a CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes. Esse mesmo Secretário já suspendeu, em passado recente, o registro da CNTV, que é uma entidade séria e combativa, ao longo dos seus 22 anos sempre esteve à frente dos interesses dos trabalhadores no Brasil e fora dele conquistando avanços importantes para a categoria.

Infelizmente, atualmente, existe um grupo de pessoas que se uniram no intuito de destruir a CNTV e criar uma nova entidade para usá-la em conformidade aos seus interesses pessoais, inclusive com pessoas que nunca foram vigilantes, outros que criaram em seu Estado dois pisos para os vigilantes e que agem com o objetivo de atender aos interesses dos empresários.

Ao arquivar o pedido de registro da FEVIG, Manoel Messias atenta contra toda a categoria de vigilantes do Brasil.

Auxílio Funeral

Cumprindo os seus deveres contidos na Convenção Coletiva de Trabalho e em respeito ao associado, o Sindicato repassou a um vigilante de Três Rios, funcionário da empresa Angels, o custeio do funeral por conta do falecimento de sua esposa, justificando a sua contribuição com a entidade.

Currículos

O Sindicato continua os encaminhamentos dos currículos de vigilantes para as empresas. Vários profissionais já foram integrados aos quadros das empresas. O vigilante associado tem prioridade no encaminhamento para um novo emprego.

www.tribunadosvigilantes.org

Expediente

Informativo do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores de Petrópolis e Região

Rua Paulo Barbosa, 233 – sala 02 - Email: sindvigpet@yahoo.com.br

Centro – Petrópolis/RJ

(24) 2237-4789 / (24) 2244-7882

Jornal Tribuna dos Vigilantes

Edição e Jornalista Resp.: Willian Chaves – Mtb. 12.704/MG JP

Contato: (21) 98874-8947 – wmcnoticias@gmail.com

Empresas de segurança são multadas pela Polícia Federal



A Polícia Federal (PF) multou empresas de segurança privada, de transporte de valores, orgânicas e cursos de formação em R\$ 1.329.841,95 por descumprirem a lei federal nº 7.102/83, além das portarias da PF que regem o setor. Também receberam multas 20 bancos, somando R\$ 8.717 milhões. As penalidades foram aplicadas durante a 104ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), realizada em Brasília.

Foram julgados 1.335 processos, sendo 820 contra bancos e 515 contra empresas, cursos de formação e orgânicas, movidos pelas delegacias estaduais de segurança privada (Deesp). Duas empresas foram canceladas, bem como um curso de formação e uma empresa de transporte de valores.

PL 4330 vai à votação na Câmara dos Deputados em 7 de abril; Categoria deve se mobilizar



O presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), em reunião com representantes das confederações patronais da indústria, das instituições financeiras, da agricultura e pecuária, dos transportes, da saúde e das cooperativas, marcou a votação do PL 4330 da terceirização em plenário para o próximo dia 7 de abril, logo após o feriadão da Semana Santa.

O texto que irá a votação será o substitutivo do deputado Artur Maia (SD-BA), que liberaliza a terceirização para todas as atividades das empresas, incluindo as atividades principais e permanentes, das áreas rurais e urbanas, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundacionais. Mantém a responsabilidade subsidiária entre contratantes e contratadas e diz explicitamente que salários, direitos e benefícios serão diferenciados em função do enquadramento sindical.

O projeto é prejudicial a todas as categorias organizadas. A classe trabalhadora será ainda mais fragmentada em sua organização e representação e com isso, em pouco tempo, seus direitos conquistados após décadas de lutas serão retirados. As negociações coletivas só terão alguma efetividade, onde os empresários tiverem interesse e para os segmentos que avaliarem ser necessário.

Caixa confirma orientação de assentos para vigilantes nas agências bancárias

Vigilantes devem denunciar ao Sindicato onde a norma não for cumprida



A Caixa Econômica Federal (CEF) confirmou a orientação à todas as suas unidades para que sejam disponibilizadas assentos para os vigilantes que trabalham em pé. A decisão cumpre a nota técnica 060 de 2001 do Ministério do Trabalho e Emprego

(MTE), que dispõe sobre a postura a ser adotada na concepção dos postos de trabalho.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e vários sindicatos do país já vêm lutando para garantir que agências de todo o país, além de outros setores, disponibilizem assentos para vigilantes. Isto por entender que é preciso buscar melhores condições de trabalho, prezando também pela saúde do trabalhador.

Os vigilantes que prestam serviço para agências bancárias e não possuem assento devem procurar o sindicato. Telefone: (24) 2237-4789. Email: sindvigpet@yahoo.com.br

Conselho de Enlace reúne trabalhadores de diversos setores e centrais sindicais na UGT-RJ

A União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT-RJ) sediou, em março, a 68ª reunião do Conselho de Enlace da UNI Brasil. Em discussão, a necessidade de fortalecimento das entidades de menor porte, a Conferência Nacional da UNI América em 2016, a representação brasileira na UNI Global e o Dia Internacional da Mulher, entre outras questões.

Participaram, ainda, do encontro representantes da UGT de Goiás, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas

de Crédito (Contec), da Federação dos Trabalhadores em Rádio e Difusão (Fitert), da Federação Nacional dos Vendedores e Viajantes do Comércio e Propagandistas (Fenavenpro), do Sindicato dos Bancários de Goiás (SEEB), do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), representada pelo secretário de Políticas Sociais da UGT-RJ e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis, Adriano Linhares da Silva.



MPs 664 e 665: veja o que muda no seguro desemprego, auxílio doença e abono salarial

No dia 30 de dezembro a Presidente da República editou as Medidas Provisórias nº 664 e 665, que, entre outros assuntos, determinam novas regras para acesso a benefícios previdenciários como, por exemplo, Abono Salarial, Seguro Desemprego e Auxílio Doença. Confira abaixo alguns pontos e a íntegra das duas MPs:

Abono salarial

Antes

Quem trabalhava um mês durante o ano – e recebia até dois salários mínimos – tinha direito a um salário mínimo como abono;

Agora

Carência de seis meses de trabalho ininterruptos e o pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado;

Seguro Desemprego

Antes

Carência de seis meses de trabalho;

Agora

Carência de 18 meses na primeira solicitação; 12 meses na segunda e seis meses a partir da terceira;

Auxílio Doença

Antes

O benefício era de 91% do salário do segurado, limitado ao teto do INSS. Além disso, as empresas arcavam com o custo de 15 dias de salário antes do INSS;

Agora

O teto é a média das últimas 12 contribuições e as empresas arcam com o custo de 30 dias de salário antes do INSS.



O Sindicato participou do grande ato das centrais sindicais, na Central do Brasil, no centro do Rio, para protestar contra as medidas das MPs 664 e 665

Seu Direito!

Transegur – Através de denúncia, o Ministério Público do Trabalho iniciou investigações junto a empresa para apurar a realização de escalas irregulares 12x36 com 24 no fim de semana e escala 5x2 com 12 horas que é proibida pela legislação trabalhista. O Sindicato foi notificado e chamou uma mediação do MPT que aconteceu no dia 10 de março. A empresa pediu 10 dias para acertar as escalas e regularizar o trabalho dos vigilantes.

CJF – O processo movido pelo Sindicato contra a empresa teve êxito para todos os ex-funcionários na primeira instância. A ação também responsabiliza os bancos, que recorreram da decisão pagando valores em torno de R\$ 7 mil para os recursos à instância superior. Cerca de 50 de vigilantes estão sendo assistidos pelo sindicato no processo por garantias das verbas rescisórias.

Invernada – Em abril do ano passado a empresa deixou de pagar a periculosidade que faz jus o presidente do Sindicato e funcionário da empresa com o argumento de liberação para exercer atividade sindical com base numa cláusula da CCT que deixa dúvidas à sua interpretação. O presidente Linhares, em sua defesa, apresenta mais claramente o disposto na cláusula 43ª da CCT que diz que não poderá haver prejuízo da remuneração o dirigente sindical liberado. O caso já está na Justiça.

VS Brasil – a empresa, prestadora de serviços para o Governo do Estado, possui postos em Petrópolis e Três Rios com vigilantes atuando no Detran, 5º Ciretran e Posto de vistoria do Detran. As irregularidades não se diferem muito do que acontece em outras regiões: atraso nos salários, férias pagas apenas após o gozo do período de descanso do trabalhador e parcelamento do vale alimentação em três vezes. O Sindicato já denunciou essas ocorrências ao Ministério Público do Trabalho de Petrópolis.

Afeque – Os vigilantes do posto da empresa na UFRRJ – Três Rios convivem com constantes atrasos nos salários. O Sindicato cobra da empresa a regularização dos vencimentos. Ainda contra a Afeque, o Sindicato já possui uma ação judicial de apropriação indébita que já está em fase de execução por conta de descontos de mensalidades dos vigilantes e não repasse à entidade.

GP – A empresa também está em débito com o sindicato por não ter repassado as contribuições sindicais de seus funcionários. Uma ação na justiça resultou numa composição de dívidas e a empresa procurou o Sindicato para realizar uma proposta de pagamento. Sendo assim, atualmente, de acordo com a emenda apresentada pelo Sindicato, o saldo devedor da GP nos presentes autos é de R\$ 10.802,31 (R\$ 7.513,33 – mensalidades descontadas dos funcionários e não repassadas + R\$ 744,30 – contribuição negocial + R\$ 744,30 – contribuição confederativa + R\$ 1.800,38 – 20% honorários). A proposta é de parcelamento em sete vezes do saldo total.

Protege – Os funcionários da Protege Petrópolis denunciaram ao Sindicato que a filial abandonou o plano de carreira dos vigilantes. Muitos profissionais vêm de outras empresas atraídos pelo benefício, no entanto, estão desconfiados e desanimados com os últimos acontecimentos, onde parece que a diretoria da empresa em Petrópolis abandonou, por completo, os critérios de promoção.

Piso Nacional dos Vigilantes: primeiro passo é dado em Brasília



No dia 19 de março, a Câmara dos Deputados instalou a comissão que vai analisar projetos que tramitam na Casa e que cuidam da vigilância privada no Brasil. A comissão é composta por 24 deputados federais e terá como presidente, o deputado André Luis Dantas (PSC-SE).

Ao todo, cerca de 130 projetos estão tramitando na Câmara dos Deputados. Dentre eles, o projeto que cuida do piso nacional dos Vigilantes. A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e o Sindicato defendem o piso nacional de R\$ 3 mil para a categoria.

NOVO CONVÊNIO

Com encaminhamento do Sindicato o Vigilante associado tem 20% de desconto!!!

CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES

Já EXPERIMENTOU acreditar em VOCÊ? Tente VOCÊ NÃO FAZ IDÉIA do que é CAPAZ.

- ✓ FORMAÇÃO
- ✓ SUPERVISÃO
- ✓ RECICLAGEM
- ✓ TRANSPORTE DE VALORES (CARRO FORTE)
- ✓ SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA
- ✓ ESCOLTA ARMADA
- ✓ MONITORAMENTO (CFTV)
- ✓ GRANDES EVENTOS

O Pagamento deverá ser feito com 48h de antecedência ao Curso.
Apresentar os documentos com 48h de antecedência ao início do Curso.

Matriz: (21) 3355-4230 / 3350-1366
Filial: (24) 2220-2444 / ID: 55*12*1028601